



**ESPAÇO  
MUNICIPAL**

## **CADERNO DE ENCARGOS**

Concurso Limitado por Prévia Qualificação  
com Publicidade Internacional

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS

**VIGILÂNCIA E SEGURANÇA HUMANA – TECMAIA – 2025/2028**

2025\_CLPQ01



**RENOVAÇÃO URBANA E GESTÃO DO PATRIMÓNIO**

RUA DR. CARLOS PIRES FELGUEIRAS, N.º 181, 4470-157 MAIA, PORTUGAL  
TEL. (+351) 229 438 030\* - geral@espacomunicipal.pt - www.espacomunicipal.pt  
\* chamada para a rede fixa nacional

PARTE I. Cláusulas jurídicas .....	4
Capítulo I Disposições iniciais .....	4
CLÁUSULA 1.ª Objeto .....	4
CLÁUSULA 2.ª Documento Integrantes do Contrato .....	4
CLÁUSULA 3.ª Princípio Geral de Responsabilidade .....	4
CLÁUSULA 4.ª Prazo de Execução .....	5
CLÁUSULA 5.ª Preço base .....	5
CLÁUSULA 6.ª Condições de Pagamento .....	6
Capítulo II Obrigações Contratuais .....	7
<i>Secção I Obrigações da Espaço Municipal, E.M., S.A. e condições conexas</i> .....	7
CLÁUSULA 7.ª Preço Contratual .....	7
CLÁUSULA 8.ª Informação Relevante .....	7
<i>Secção II Obrigações do Cocontratante</i> .....	7
CLÁUSULA 9.ª Obrigações Gerais do Cocontratante .....	7
CLÁUSULA 10.ª Deveres de Informação .....	8
CLÁUSULA 11.ª Proteção de dados .....	9
Capítulo III Incumprimento Contratual .....	11
CLÁUSULA 12.ª Responsabilidade .....	11
CLÁUSULA 13.ª Penalidades Contratuais .....	11
CLÁUSULA 14.ª Casos Fortuitos ou de Força maior .....	13
CLÁUSULA 15.ª Caução .....	14
Capítulo IV Resolução do Contrato .....	15
CLÁUSULA 16.ª Formas de Cessação do Contrato .....	15
CLÁUSULA 17.ª Resolução do Contrato .....	15
CLÁUSULA 18.ª Responsabilidade Civil .....	16
Capítulo V Seguros .....	16
CLÁUSULA 19.ª Seguros .....	16
Capítulo VI Resolução de Litígios .....	16
CLÁUSULA 20.ª Foro Competente .....	16
CLÁUSULA 21.ª Não Exoneração de Cumprimento .....	16
Capítulo VII Subcontratação e Cessão da Posição Contratual .....	17
CLÁUSULA 22.ª Subcontratação .....	17
CLÁUSULA 23.ª Cessão da Posição Contratual .....	17
CLÁUSULA 24.ª Cessão por Incumprimento Contratual .....	18
Capítulo VIII Modificações ao Contrato .....	18
CLÁUSULA 25.ª Reposição do Equilíbrio Financeiro .....	18
CLÁUSULA 26.ª Modificação Objetiva do Contrato .....	19

Capítulo IX Disposições Finais.....	19
CLÁUSULA 27.ª Cessão e Subcontratação .....	19
CLÁUSULA 28.ª Comunicações e Notificações .....	20
CLÁUSULA 29.ª Contagem dos Prazos.....	20
CLÁUSULA 30.ª Lei Aplicável .....	20
PARTE II. Cláusulas Técnicas.....	21
CLÁUSULA 31.ª Componentes Técnicas da Prestação de Serviços Permanente - Obrigações .....	21
CLÁUSULA 32.ª Componentes Técnicas da Prestação de Serviços Ocasionais - Obrigações .....	22
CLÁUSULA 33.ª Locais da Prestação de Serviços .....	22
CLÁUSULA 34.ª Obrigações Especiais do Cocontratante.....	23
CLÁUSULA 35.ª Níveis de Serviço .....	23
CLÁUSULA 36.ª Fiscalização .....	24
CLÁUSULA 37.ª Pessoal.....	24
CLÁUSULA 38.ª Meios Técnicos.....	25
CLÁUSULA 39.ª Mapa de Serviços – Permanentes.....	25
CLÁUSULA 40.ª Mapa de Serviços – Ocasionais.....	26
CLÁUSULA 41.ª Supervisão .....	26
CLÁUSULA 42.ª Formação e Estágio dos Vigilantes .....	26
CLÁUSULA 43.ª Controlo de Execução do Serviço .....	26
CLÁUSULA 44.ª Acompanhamento dos Serviços e Reporte de Informação .....	27
CLÁUSULA 45.ª Reclamações.....	28
CLÁUSULA 46.ª Outros Documentos.....	29

**PARTE I.**  
**Cláusulas jurídicas**

**Capítulo I**  
**Disposições iniciais**

**CLÁUSULA 1.<sup>a</sup>**  
**Objeto**

O presente caderno de encargos integra as cláusulas a incluir nos contratos a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual, que tem por objeto principal a **aquisição de serviços de vigilância e segurança humana – TECMAIA – 2025/2028.**

**CLÁUSULA 2.<sup>a</sup>**  
**Documento Integrantes do Contrato**

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e pelos seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra, ainda, os seguintes elementos:
  - a) Os dos erros e omissões do caderno de encargos detetados pelo(s) concorrente(s), desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
  - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
  - c) O presente caderno de encargos;
  - d) A proposta adjudicada;
  - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo Cocontratante.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo Cocontratante, nos termos do disposto no artigo 101.º do mesmo.
5. Os aditamentos ao contrato devem estabelecer a sua própria prevalência relativamente aos restantes documentos.

**CLÁUSULA 3.<sup>a</sup>**  
**Princípio Geral de Responsabilidade**

1. A Espaço Municipal poderá, se assim o entender e sempre que tal, no seu juízo, se mostrar necessário em virtude de qualquer situação de mora, cumprimento defeituoso ou incumprimento das obrigações que legal ou contratualmente incumbam ao Cocontratante, intervir diretamente na boa execução do Contrato, substituindo-se ao

Cocontratante sem que tal implique qualquer modificação no âmbito da sua responsabilidade. Todos os custos dessa intervenção correrão por conta do Cocontratante.

2. O Cocontratante responderá, pela culpa ou pelo risco, nos termos da lei geral, por quaisquer danos causados no exercício das atividades que irão constituir o objeto do Contrato, respondendo ainda, nos termos em que o comitente responde pelos atos do comissário, pelos danos e prejuízos causados por Terceiros contratados no âmbito das atividades compreendidas no Contrato sem limitação quaisquer danos materiais e/ou morais, continuados ou não, e lucros cessantes.
3. O Cocontratante responderá também por quaisquer danos emergentes e lucros cessantes resultantes de deficiências ou omissões de atuação que impliquem um mau cumprimento ou incumprimento das obrigações que para si decorrem do Contrato.

#### **CLÁUSULA 4.ª**

##### **Prazo de Execução**

1. Sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato, e sem prejuízo do disposto no número seguinte, os serviços objeto do presente procedimento deverão ser prestados desde a data de 03 de outubro de 2025 até ao dia 02 de outubro de 2026, podendo ser objeto de 2 (duas) renovações pelo período de 1 (um) ano cada, se não for denunciado por qualquer das partes, através de carta registada com aviso de receção, enviada à outra, até 90 (noventa) dias antes do término do prazo do contrato.
2. Sem prejuízo das normas legais imperativas, findo o prazo referido no n.º 1, e caso não tenha sido atingido o preço contratual, o contrato extingue-se sem que assista ao Contratante o direito a qualquer indemnização pelo valor das horas ocasionais não executadas.

#### **CLÁUSULA 5.ª**

##### **Preço base**

1. Pela prestação objeto do presente contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a Espaço Municipal pagará ao cocontratante o preço constante da proposta adjudicada, que não poderá ultrapassar €826.000,00 (setecentos e oitenta mil euros), valor acrescido de IVA à taxa legal em vigor, sendo o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato a celebrar.
2. Para os anos de 2025 a 2028, pela execução dos serviços permanentes objeto do contrato, a Espaço Municipal, pagará ao Cocontratante o montante que resultar da proposta adjudicada, que não poderá ultrapassar, o valor total de €823.000,00 (oitocentos e vinte e três mil euros) e terá como limite anuais:

<b>Valores Anuais</b>	<b>2025 Valor S/IVA</b>	<b>2026 Valor S/IVA</b>	<b>2027 Valor S/IVA</b>	<b>2028 Valor S/IVA</b>
Serviços Permanentes	€61.956,64	€262.184,64	€277.915,72	€220.943,00

3. Pela execução dos serviços ocasionais, a Espaço Municipal pagará à Cocontratante o montante máximo de €3.000,00 (trinta mil euros), a consumir de acordo com os preços hora apresentados pela Cocontratante.
4. Os valores indicados nos números anteriores não incluem IVA, que acrescerá à taxa legal em vigor.
5. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à entidade adjudicante, incluindo as despesas de montagem de contrato, de gestão de contrato, de correspondência, deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

#### **CLÁUSULA 6.ª**

##### **Condições de Pagamento**

1. O valor global devido pela Espaço Municipal, referente aos serviços de natureza permanente, deverá ser faturado com uma periodicidade mensal, em regime de duodécimos.
2. Relativamente aos serviços de natureza ocasional, o valor a faturar corresponderá aos serviços efetivamente prestados mediante solicitação da Espaço Municipal, sendo o montante apurado de acordo com o(s) preço(s) por hora contratualizado(s).
3. A(s) fatura(s) deverá(ão) ser emitida(s) em nome da Entidade Adjudicante – **ESPAÇO MUNICIPAL – Renovação Urbana e Gestão do Património, E.M., S.A.**, e remetidas de acordo com as alíneas seguintes:
  - a) Devem conter, obrigatoriamente, a menção ao respetivo número de compromisso;
  - b) Devem, quando respeitem a serviços ocasionais, constar expressamente na descrição da fatura tal circunstância;
  - c) Devem ser remetidas através da plataforma eletrónica ilink Digital Sharing, acessível em <https://www.ilink.pt>, da empresa ACIN iCloud Solutions, contratada para o efeito pela entidade adjudicante, sem quaisquer custos para o adjudicatário, não sendo admitida a receção de faturas a não ser por esta via.
4. O(s) pagamento(s) será(ão) efetuado(s) no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a apresentação da(s) fatura(s).
5. A(s) fatura(s) que não exiba(m) as informações previstas na presente Cláusula, poderá(ão) ser devolvida(s) para efeito de correção.

6. O valor a faturar para os serviços ocasionais corresponderá às horas efetivamente prestadas, mediante solicitação da ESPAÇO MUNICIPAL, sendo o preço a pagar apurado em conformidade com os preços hora contratualizados.

## **Capítulo II Obrigações Contratuais**

### **Secção I Obrigações da Espaço Municipal, E.M., S.A. e condições conexas**

#### **CLÁUSULA 7.<sup>a</sup> Preço Contratual**

Pela prestação objeto do presente contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, a Espaço Municipal pagará ao prestador o preço contratual constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa em vigor.

#### **CLÁUSULA 8.<sup>a</sup> Informação Relevante**

A Espaço Municipal disponibilizará toda a informação relevante, necessária e/ou requerida pelo Cocontratante para a execução do presente contrato.

### **Secção II Obrigações do Cocontratante**

#### **CLÁUSULA 9.<sup>a</sup> Obrigações Gerais do Cocontratante**

1. O Cocontratante obriga-se, designadamente, a:
  - a) Respeitar toda a legislação em vigor para o serviço de vigilância, devendo nomeadamente manter atualizada toda a respetiva documentação de certificação e licenças necessárias;
  - b) Informar atempadamente a entidade adjudicante sobre a ocorrência de qualquer facto ou situação que possa prejudicar, ou de qualquer forma comprometer, os serviços contratados;
  - a) Apresentar, quando a entidade adjudicante o solicitar, todos os documentos comprovativos da sua situação legal e estatutária, da inexistência de dívidas para com a segurança social e a fazenda pública e de quaisquer apólices de seguro obrigatórias nos termos da lei ou do presente caderno de encargos;

- b) Prestar os serviços no respeito de quaisquer instruções e normas internas da entidade adjudicante, incluindo, designadamente, de carácter organizacional e procedimental;
  - c) Utilizar, na prestação dos serviços, os trabalhadores com habilitações, capacidade, especialização e experiência necessárias para assegurar um elevado padrão de qualidade na execução dos serviços, bem como em tempo útil, resposta e correção rápidas a problema(s) relativo(s) aos mesmos;
  - d) Substituir de imediato qualquer um dos seus trabalhadores afetos à prestação dos serviços sempre que a entidade adjudicante o solicite, desde que exista motivo justificado;
  - e) Sujeitar-se à ação fiscalizadora da entidade adjudicante, ou dos seus representantes;
  - f) Cumprir, no âmbito do objeto do presente Caderno de Encargos, todas as disposições legais e regulamentares, em vigor na presente data ou que entrem em vigor subsequentemente;
  - g) Possuir todas as autorizações, consentimentos, aprovações, registos e licenças necessários para o pontual cumprimento das obrigações assumidas no contrato;
  - h) Fornecer toda a documentação requerida pelas entidades competentes.
2. O Cocontratante fica sujeito ao cumprimento das disposições legais e regulamentares em vigor, designadamente, sobre acidentes e medicina no trabalho, relativamente a todo o pessoal ao serviço, sendo da sua conta os encargos que daí resultem.
  3. Todos os custos relacionados com a execução do Contrato serão da responsabilidade do Cocontratante.
  4. O cocontratante obriga-se a afetar à execução da prestação de serviços objeto do contrato trabalhadores em regime de trabalho sem termo quando o prazo seja superior a 1 ano e/ou com termo desde que o período de tempo a afetar não seja inferior ao prazo de execução do contrato, em cumprimento do disposto do n.º 1 do artigo 419.º - A do CCP, aplicável pela remissão do n.º 2 do artigo 451.º do CCP, cujo incumprimento constitui contraordenação muito grave nos termos da alínea f) do artigo 456.º também do CCP.
  5. Nos termos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 419.º-A do CCP, o disposto no número anterior não se aplica aos trabalhadores com contrato a termo de substituição celebrado nas situações previstas nas alíneas a) a d) do n.º 2 do artigo 140.º do Código do Trabalho, nem aqueles que executem tarefas ocasionais ou serviços específicos e não duradouros no âmbito da execução do contrato.

#### **CLÁUSULA 10.ª**

##### **Deveres de Informação**

1. Durante todo o período de duração do Contrato, o Cocontratante será obrigado, nomeadamente, a:



- a) Dar conhecimento imediato à Espaço Municipal de qualquer situação de emergência que ocorra no âmbito da execução do Contrato;
  - b) Dar conhecimento imediato à Espaço Municipal de todo e qualquer evento que possa vir a prejudicar ou impedir o cumprimento pontual e atempado de qualquer das suas obrigações ou que possa constituir causa de suspensão, interrupção ou cessação de alguma ou todas as atividades objeto do Contrato;
  - c) Dar conhecimento imediato à Espaço Municipal da necessidade ou conveniência de se proceder a uma qualquer intervenção ou a um trabalho que não se encontre incluído no âmbito da Contrato;
  - d) Fornecer à Espaço Municipal, por escrito e no menor prazo possível, relatório circunstanciado e fundamentado das situações constantes da alínea anterior, integrando eventualmente a contribuição de entidades exteriores ao Cocontratante e de reconhecida competência, com indicação das correspondentes medidas tomadas ou a implementar, para a superação daquelas situações;
  - e) Manter a Espaço Municipal permanentemente informada sobre quaisquer situações que tenham ou possam ter impacto/repercussão na execução do objeto do Contrato.
2. O incumprimento dos prazos estabelecidos para quaisquer obrigações previstas no n.º 1 da presente cláusula poderá determinar a aplicação de sanções, de acordo com o disposto no presente caderno de encargos, se grave e reiterado, poderá determinar a resolução do Contrato nos termos previstos no presente Caderno de Encargos

#### **CLÁUSULA 11.ª** **Proteção de dados**

1. Durante a vigência do contrato a celebrar, e mesmo após a sua cessação, a entidade adjudicatária obriga-se a não ceder, revelar, utilizar ou discutir, com quaisquer terceiros, todas e quaisquer informações e/ou elementos que lhe hajam sido confiados pela Espaço Municipal ou de que tenha tido conhecimento no âmbito ou por causa do contrato a celebrar.
2. Os dados pessoais a que a entidade adjudicatária tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela Espaço Municipal serão tratados em estrita observância das instruções da Espaço Municipal.
3. A entidade adjudicatária compromete-se, designadamente, a não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar, ou por qualquer forma colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela Espaço Municipal ao abrigo do presente procedimento, sem que para tal tenha sido expressamente instruída, por escrito, pela Espaço Municipal.

4. A entidade adjudicatária obriga-se a cumprir rigorosamente a Lei de Proteção de Dados Pessoais e demais legislação aplicável em matéria de tratamento de dados pessoais, e, concomitantemente, a:
  - a) Utilizar os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela Espaço Municipal única e exclusivamente para efeitos da prestação de serviços objeto do presente procedimento;
  - b) Observar os termos e condições constantes dos instrumentos de legalização respeitantes aos dados tratados;
  - c) Manter os dados pessoais estritamente confidenciais, cumprindo e garantindo o cumprimento do dever de sigilo profissional relativamente aos mesmos;
  - d) Cumprir quaisquer regras relacionadas com o tratamento de dados pessoais a que a Espaço Municipal esteja vinculada, desde que tais regras lhe sejam previamente comunicadas;
  - e) Pôr em prática as medidas técnicas e de organização necessárias à proteção dos dados pessoais tratados por conta da Espaço Municipal contra a respetiva destruição, acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizados, bem como qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos dados pessoais;
  - f) Prestar à Espaço Municipal toda a colaboração que esta careça para esclarecer qualquer questão relacionada com o tratamento de dados pessoais efetuado ao abrigo do presente procedimento e manter a Espaço Municipal informada em relação ao tratamento de dados pessoais, obrigando-se a comunicar, de imediato, qualquer situação que possa afetar o tratamento dos dados em causa ou que, de algum modo, possa dar origem ao incumprimento das disposições legais em matéria de proteção de dados pessoais ou dos termos do instrumento de legalização concedido pela Comissão de Proteção de Dados;
5. A entidade adjudicatária será responsável por qualquer prejuízo em que a Espaço Municipal possa incorrer em consequência do tratamento, por parte da mesma e/ou dos seus colaboradores, de dados pessoais em violação das normas legais e /ou do disposto no presente procedimento.
6. Finda a vigência do contrato, sem prejuízo das obrigações legais, o Cocontratante tem a obrigação de eliminar/apagar ou devolver à Espaço Municipal, consoante a opção definida pelo gestor do contrato, os dados pessoais que tenham sido objeto de tratamento no âmbito do mesmo, bem como eliminar quaisquer outras cópias existentes, devendo para o efeito enviar um comprovativo para a Espaço Municipal.
7. Na ausência de indicação do gestor do contrato o Cocontratante deve eliminar, sem prejuízo das obrigações legais, e dados que deverão ser mantidos por imposição legal.

### **Capítulo III**

#### **Incumprimento Contratual**

#### **CLÁUSULA 12.ª**

##### **Responsabilidade**

1. A parte a quem seja imputável o incumprimento de qualquer das obrigações que para ela decorram do presente caderno de encargos fica obrigada a indemnizar integralmente a contraparte por todos os danos que o incumprimento lhe cause, incluindo os honorários de advogado, as custas judiciais e os custos de auditoria razoáveis que a parte lesada venha a ter de suportar ou tenha suportado.
2. O Cocontratante responderá perante a Espaço Municipal por todos os danos, direta ou indiretamente, emergentes dos serviços prestados, bem como daqueles que resultem do incumprimento ou do deficiente cumprimento das suas obrigações contratuais.
3. Considera-se existir incumprimentos quando, nomeadamente, se verifique uma das seguintes situações:
  - a) Incumprimento definitivo do contrato celebrado, por facto imputável ao Cocontratante;
  - b) Incumprimento de alguma das obrigações impostas no caderno de encargos ou demais documentos que integram o procedimento;
  - c) Oposição reiterada do Cocontratante ao exercício dos poderes de fiscalização da Espaço Municipal, E.M., S.A.;
  - d) Deturpação, omissão ou falsificação de relatórios ou informações prestadas à Espaço Municipal, E.M., S.A.;
  - e) Incumprimento, de forma grave ou reiterada, do disposto na legislação sobre segurança, higiene e saúde no trabalho.
4. Se a Espaço Municipal vier a ser demandada por terceiros por danos causados a terceiros pelo Cocontratante, este último indemnizá-la-á de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar, seja a que título for.

#### **CLÁUSULA 13.ª**

##### **Penalidades Contratuais**

1. O incumprimento dos níveis de serviço mínimos definidos nas Cláusulas Técnicas, confere à entidade adquirente o direito à aplicação de sanções, nos termos do número seguinte.
2. Em caso de incumprimento dos níveis de serviço mínimos fixados para a prestação de serviços de vigilância e segurança, podem ser aplicadas sanções nos seguintes termos:
  - a) Cumprimento de horários:

Pelo incumprimento do estabelecido na alínea a) da CLÁUSULA 35.<sup>a</sup> do presente Caderno de Encargos, é aplicada uma sanção fixa de 100€ (cem euros) por ocorrência, à qual acresce uma sanção adicional, calculada da seguinte forma:

$$S = h * HH * 2$$

Sendo,

S = Sanção (em Euros);

h = Número de horas ou fração em atraso;

HH = valor hora/homem contratado em Euros;

b) Substituição do pessoal:

- i) Pelo incumprimento do estabelecido na subalínea i) da alínea b) da CLÁUSULA 35.<sup>a</sup> do presente Caderno de Encargos é aplicada uma sanção fixa de 500€ (quinhentos Euros) por ocorrência;
- ii) Pelo incumprimento do estabelecido na subalínea ii) da alínea b) da CLÁUSULA 35.<sup>a</sup> da Parte Técnica do presente Caderno de Encargos é aplicada uma sanção fixa de 200€ (duzentos euros) por ocorrência, à qual acresce uma sanção adicional, calculada da seguinte forma:

$$S = h * HH * 2$$

Sendo,

S = Sanção (em Euros);

h = Número de horas ou fração em atraso;

HH = valor hora/homem contratado em Euros.

c) Demais casos.

Em geral, pelo incumprimento de qualquer outra obrigação contratual, será aplicada uma sanção até 0,01% do valor anual do contrato, conforme a gravidade do incumprimento.

- 3. O valor das sanções contratuais será deduzido à faturação mensal do cocontratante, após a conclusão do respetivo procedimento administrativo, preferencialmente na fatura do mês em que se concluiu o procedimento administrativo, ou, não sendo possível, esta poderá ser deduzida até à última fatura a emitir no âmbito da execução do contrato.
- 4. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do prestador de serviços, a Espaço Municipal, E.M., S.A., pode exigir-lhe uma pena pecuniária não inferior a 25% do valor contratual.

5. Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo prestador de serviços ao abrigo do número 2, relativamente aos serviços objeto do contrato cujo atraso na entrega tenha determinado a respetiva resolução.
6. Na determinação da gravidade do incumprimento, a Espaço Municipal E.M., S.A. tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua reiteração, o grau de culpa do prestador de serviços e as consequências do incumprimento.
7. A Espaço Municipal, E.M., S.A., pode recorrer a encontro de contas, considerando a compensação dos pagamentos devidos ao abrigo do contrato e as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
8. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a Espaço Municipal, E.M., S.A., exija uma indemnização pelo dano excedente.

#### **CLÁUSULA 14.ª**

##### **Casos Fortuitos ou de Força maior**

1. Não podem ser impostas penalidades ao prestador de serviços quando se reportem a incumprimento(s) que resulte(m) de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
  - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;
  - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
  - c) Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória, ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
  - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de serviços de normas legais;
  - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;

- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;
  - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros;
  - h) Motivos de doença.
- 4. A parte que invocar casos fortuitos ou de força maior que impeçam o cumprimento total ou parcial do contrato ou que impliquem atrasos ou prejuízos na execução do contrato ou o agravamento do seu custo deve comunicar e justificar tais situações à outra parte, indicando o prazo previsível para o restabelecimento da situação.
  - 5. O Cocontratante deve, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas a contar do conhecimento da ocorrência, por correio eletrónico ou carta registada com aviso de receção, notificar a Espaço Municipal da duração previsível do acontecimento e dos seus efeitos na execução do contrato, juntando certificado das entidades competentes que ateste a realidade e exatidão dos factos alegados e oferecendo prova de, em tempo devido, ter esgotado todos os meios para reduzir ao mínimo o atraso e os prejuízos na execução do contrato.
  - 6. Se o Cocontratante não puder, por razões que não lhe sejam imputáveis, apresentar os certificados referidos, no número anterior dentro do prazo aí previsto, deve apresentá-los logo que possível, apresentando igualmente a justificação para tal atraso.
  - 7. O incumprimento pelo Cocontratante do disposto nos números anteriores, implica a sua responsabilidade pelo incumprimento das obrigações contratuais em causa.
  - 8. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

#### **CLÁUSULA 15.ª**

##### **Caução**

As cauções prestadas pelo adjudicatário podem ser executadas pela entidade adjudicante, sem necessidade de prévia decisão judicial ou arbitral, para satisfação de quaisquer importâncias que se mostrem devidas por força do não cumprimento por aquele das obrigações legais ou contratuais, designadamente as seguintes:

- a) Sanções pecuniárias aplicadas nos termos previstos no contrato;
- b) Prejuízos incorridos pelo contraente público, por força do incumprimento do contrato;
- c) Importâncias fixadas no contrato a título de cláusulas penais.

## **Capítulo IV Resolução do Contrato**

### **CLÁUSULA 16.<sup>a</sup> Formas de Cessação do Contrato**

O presente contrato poderá cessar por:

- a) Resolução do contrato por qualquer uma das partes;
- b) Rescisão antecipada pela entidade adjudicante;
- c) Acordo celebrado entre as partes, em qualquer momento da vigência do contrato.

### **CLÁUSULA 17.<sup>a</sup> Resolução do Contrato**

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, os contraentes podem resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de algum deles violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem ou se se encontrar em processo de insolvência ou de recuperação de empresa.
2. A resolução do contrato por iniciativa de uma das partes deve ser comunicada por escrito à outra parte, iniciando-se a produção dos correspondentes efeitos resolutivos 30 (trinta) dias após receção de declaração escrita.
3. Nos casos previstos no número 1, o direito de resolução não é aplicável se a parte responsável pela violação do contrato cumprir as obrigações em atraso no prazo estabelecido no número anterior, assumindo os juros de mora a que houver lugar.
4. A Espaço Municipal, E.M., S.A., pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso do cocontratante violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, conforme artigo 448.º do Código dos Contratos Públicos.
5. O direito de resolução referido na alínea anterior exerce-se mediante declaração enviada ao prestador de serviços e não determina a repetição das prestações já realizadas, aplicando-se o disposto no número 3 do artigo 333.º do Código dos Contratos Públicos, sempre que houver responsabilidade do prestador.
6. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o cocontratante pode resolver o contrato quando se verifique o incumprimento de obrigações pecuniárias pela Espaço Municipal, E.M.S.A., por período superior a 90 (noventa) dias ou o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros.
7. Em caso de cessação da vigência do contrato por resolução, seja de quem for a responsabilidade, a titularidade dos direitos sobre o objeto dos serviços prestados, designadamente sobre todos os projetos executados, pertence à Espaço Municipal, E.M., S.A.

**CLÁUSULA 18.<sup>a</sup>**  
**Responsabilidade Civil**

A cessação dos defeitos do contrato por caducidade ou rescisão não prejudica as ações de responsabilidade civil pelos factos verificados durante o período da sua prestação.

**Capítulo V**  
**Seguros**

**CLÁUSULA 19.<sup>a</sup>**  
**Seguros**

É da responsabilidade do prestador de serviços a cobertura, através de contratos de seguro de todos os riscos que possam inviabilizar ou prejudicar a prestação dos serviços objeto do presente caderno de encargos.

**Capítulo VI**  
**Resolução de Litígios**

**CLÁUSULA 20.<sup>a</sup>**  
**Foro Competente**

Para quaisquer questões emergentes do Contrato e seus Anexos, nomeadamente, as relativas à sua interpretação, integração ou execução, mora, incumprimento ou cumprimento defeituoso, ou com a sua validade e/ou eficácia, ou de quaisquer das suas disposições, serão decididas por via judicial, sendo competente o Tribunal Judicial da Comarca do Porto, Instância local da Maia, com expressa renúncia a qualquer outro.

**CLÁUSULA 21.<sup>a</sup>**  
**Não Exoneração de Cumprimento**

A submissão de qualquer questão ao tribunal não exonera o Cocontratante do exato e pontual cumprimento do Contrato e das determinações da Ágora, nem permite qualquer suspensão, interrupção e/ou cessação do desenvolvimento das atividades integradas no Contrato, as quais deverão continuar a processar-se nos termos em vigor à data de submissão da questão, até que uma decisão final seja obtida relativamente à matéria em causa



**Capítulo VII**  
**Subcontratação e Cessão da Posição Contratual**

**CLÁUSULA 22.ª**  
**Subcontratação**

1. O Cocontratante poderá, nos termos legais, recorrer à utilização de outras pessoas (singulares ou coletivas) por si contratadas para a realização de algumas das prestações incluídas no Contrato, sem que tal implique qualquer diminuição da sua responsabilidade.
2. Qualquer contratação de Terceiros pelo Cocontratante deverá ser previamente autorizada pela Espaço Municipal, à qual deverão ser entregues os documentos de habilitação relativos ao Terceiro cuja contratação é pretendida, nos termos do disposto no artigo 318.º n.º 3 alínea a) do CCP.
3. A Espaço Municipal reserva-se o direito de ordenar a substituição de qualquer uma das pessoas/entidades acima referidas que tenham sido contratadas pelo Cocontratante, ainda que por si previamente aceites, em caso de comprovada incompetência ou negligência no exercício das suas funções, comportamentos graves, ou ainda sempre e quando estas passem a estar legalmente impedidas de contratar com entidades públicas.
4. Constitui especial dever do Cocontratante promover e exigir a qualquer parte terceira com quem venha a contratar que tome as medidas necessárias para salvaguarda da integridade física do público em geral e do pessoal afeto à execução das atividades incluídas no Contrato, devendo ainda cumprir e zelar pelo cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis.

**CLÁUSULA 23.ª**  
**Cessão da Posição Contratual**

1. A cessão, total ou parcial, da posição contratual pelo Cocontratante e a associação, sob qualquer forma, a outra entidade para execução do contrato depende de autorização escrita da Espaço Municipal.
2. Para efeito do disposto no número anterior, o pedido de autorização deve ser formulado com pelo menos 5 dias de antecedência relativamente à data prevista para o acordo de cessão ou de associação.
3. O pedido de autorização previsto no número anterior deve ser instruído com a minuta de acordo de cessão ou de associação.

**CLÁUSULA 24.ª****Cessão por Incumprimento Contratual**

No caso de incumprimento, pelo Cocontratante, das suas obrigações, que reúna os pressupostos para a resolução do contrato, admite-se a cessão da sua posição contratual ao concorrente seguinte no procedimento pré-contratual, nos termos do disposto no artigo 318.º -A do CCP.

**Capítulo VIII****Modificações ao Contrato****CLÁUSULA 25.ª****Reposição do Equilíbrio Financeiro**

1. Sempre que, no decurso da execução do contrato, se verifiquem variações das condições de retribuição da mão-de-obra por imposição legal ou convencional, designadamente resultantes da revisão da Retribuição Mínima Mensal Garantida (RMMG) ou do Contrato Coletivo de Trabalho (CCT) aplicável à categoria profissional de vigilante, os preços contratualmente fixados podem ser objeto de revisão.
2. A revisão de preços terá por base o impacto efetivo da variação da remuneração sobre a componente salarial dos preços unitários adjudicados, não podendo incidir sobre custos que sejam considerados risco próprio do contrato, devendo ser descontadas as atualizações anuais ordinárias previstas no contrato.
3. A revisão depende de pedido fundamentado do cocontratante, dirigido à Espaço Municipal, acompanhado de relatório financeiro subscrito por contabilista certificado, que:
  - a) Demonstre que os encargos acrescidos resultam de alteração superveniente e não previsível à data da proposta, não sendo imputáveis a erro de previsão nem a risco próprio do contrato;
  - b) Identifique, de forma clara e justificada, o peso percentual da componente salarial nos preços unitários adjudicados;
  - c) Apresente nota justificativa dos novos preços propostos.
4. Em caso de deferimento, a revisão produz efeitos a partir da data da entrada em vigor do normativo ou instrumento vinculativo que determine a alteração remuneratória, desde que o pedido seja apresentado no prazo máximo de 30 dias úteis após essa data.
5. Para efeitos do disposto nos números anteriores, considera-se risco próprio do contrato qualquer variação remuneratória que decorra do “Acordo Tripartido sobre Valorização Salarial e Crescimento Económico” assinado em 01 de outubro de 2024, cujas atualizações salariais previstas até 2028 são consideradas previsíveis e integradas no risco assumido pelo cocontratante, não podendo fundamentar pedidos de revisão extraordinária.

6. Quaisquer outros casos que o cocontratante entenda constituir fundamento para a reposição do equilíbrio financeiro deverão obedecer aos requisitos do n.º 3, bem como aos critérios e pressupostos previstos no artigo 314.º do Código dos Contratos Públicos.

#### **CLÁUSULA 26.ª**

##### **Modificação Objetiva do Contrato**

1. Nos termos do artigo 312.º do Código dos Contratos Públicos, a modificação objetiva do contrato poderá ocorrer, nos termos e limites da presente cláusula, exclusivamente para efeitos de aumento do número de horas afetas aos serviços ocasionais.
2. A modificação referida no número anterior verificar-se-á de acordo com as seguintes regras:
  - a) O número máximo de horas, para os serviços ocasionais, não poderá exceder 20% do número previsto contratualmente;
  - b) O preço por hora manter-se-á inalterado, em relação ao preço por hora inicialmente contratado;
  - c) O valor acumulado de todas as modificações introduzidas ao abrigo dos números anteriores, somado ao preço contratual inicial, não poderá ultrapassar 20% deste último;
3. A cocontratante não poderá recusar a modificação do contrato dentro dos limites estabelecidos na presente cláusula, salvo se demonstrar, de forma fundamentada, que tal modificação se torna inexecutável por motivos não imputáveis à sua vontade ou capacidade operacional.
4. A presente cláusula não prejudica o cumprimento dos deveres legais de comunicação e formalização da modificação contratual, a qual será objeto de acordo entre as partes, não podendo este assumir forma menos solene do que a do aditamento ao contrato.
5. Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, a Espaço Municipal poderá ainda recorrer, quando aplicável, aos regimes previstos nos artigos 311.º e seguintes e no artigo 454.º do Código dos Contratos Públicos.

#### **Capítulo IX**

##### **Disposições Finais**

#### **CLÁUSULA 27.ª**

##### **Cessão e Subcontratação**

1. O Cocontratante não poderá ceder, transferir ou, por qualquer forma, transmitir a terceiros a respetiva posição contratual no presente contrato ou quaisquer direitos,

responsabilidades ou obrigações emergentes do mesmo sem obter, para tal, prévia autorização escrita da Espaço Municipal, E.M., S.A.

2. O Cocontratante só poderá, para efeitos do cumprimento do presente contrato, subcontratar terceiros, no todo ou em parte, que assegurem a prestação dos serviços, com prévia autorização escrita da Espaço Municipal, E.M., S.A.
3. No caso da Espaço Municipal, E.M., S.A., ao abrigo do disposto nos números anteriores, conceder a sua autorização para determinada subcontratação, o Cocontratante será o único interlocutor daquela, perante quem responderá solidariamente com o subcontratado.

#### **CLÁUSULA 28.ª**

##### **Comunicações e Notificações**

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos seguintes:
  - a) As comunicações para a resolução do contrato, para situações de incumprimento contratual ou outras de maior complexidade terão de ser efetuadas por carta registada com aviso de receção para o domicílio ou sede contratual de cada uma, conforme identificação constante do contrato;
  - b) As restantes comunicações que se considerem de manifesta simplicidade terão de ser efetuadas por correio eletrónico para o endereço de cada uma, conforme identificação constante do contrato e outros endereços identificados na proposta ou fornecidos ao longo da execução do contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

#### **CLÁUSULA 29.ª**

##### **Contagem dos Prazos**

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

#### **CLÁUSULA 30.ª**

##### **Lei Aplicável**

O contrato é regulado pela Lei Portuguesa, sendo preenchidas quaisquer lacunas pela aplicação do Código dos Contratos Públicos em vigor, estabelecido na Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, e de outra legislação aplicável.

**PARTE II.**  
**Cláusulas Técnicas**

**CLÁUSULA 31.ª**

**Componentes Técnicas da Prestação de Serviços Permanente - Obrigações**

1. A prestação de serviços de vigilância e segurança humana deverá ser integralmente executada nos locais contemplados no presente Caderno de Encargos;
2. Integram os serviços objeto do presente Caderno de Encargos:
  - a) Controlo dos acessos às instalações, no que se refere a pessoa, viaturas e mercadorias;
  - b) Controlo do acesso de pessoas não autorizadas a áreas restritas ou reservadas;
  - c) Proceder ao registo de todas as pessoas e viaturas que tenham acesso às instalações conforme os procedimentos em vigor e/ou aprovados pela entidade adjudicante;
  - d) Intervir em situações de emergência, incluindo aquelas em que possa ser requerida a evacuação total ou parcial dos ocupantes das instalações;
  - e) Monitorização dos sistemas de controlo e segurança das instalações, designadamente, deteção de intrusão, e deteção de incêndios, nos locais designados;
  - f) Vigiar as instalações de forma a prevenir a ocorrência de conflitos ou outros incidentes capazes de impedirem o normal funcionamento das mesmas;
  - g) Cumprir e fazer cumprir os regulamentos e outros normativos das instalações;
  - h) Desencadear as ações preliminares de correção de anomalias, de acordo com as instruções em vigor em cada instalação, nomeadamente de prevenção de furtos, incêndios, inundações, explosões, solicitando a intervenção dos meios de apoio adequados;
  - i) Proceder aos cortes de energia elétrica e gás, conforme instrução dos planos de emergência;
  - j) Inspeccionar regularmente o estado dos equipamentos de primeira intervenção em caso de incêndio (em especial extintores, carretéis e bocas de serviço);
  - k) Informar, por escrito, o responsável das instalações, de quaisquer situações anómalas que ocorram durante o período de serviço;
  - l) Elaboração de relatórios diários com a descrição das ocorrências por turno, enviado através de correio eletrónico para o gestor do contrato;
  - m) Realizar, no início e no final do horário de cada dia, a ronda de serviço no interior da instalação;
  - n) Execução de rondas ao recinto do Parque TECMAIA, incluindo o registo das mesmas com recurso a sistema de gestão e controlo de rondas com pelo menos 10 (dez) checkpoints, recolhendo a informação em leitor portátil (bastão) para posterior transferência da informação para computador através de interface próprio e elaboração de relatório quinzenal ou a pedido da Espaço Municipal;

- o) Realizar a abertura e o encerramento das instalações;
- p) Nas instalações onde seja contratado mais do que um posto de vigilância em simultâneo, o prestador de serviços deve equipar todo o seu pessoal com emissores-recetores rádio;
- q) Apoio à organização de salas para a realização de eventos;
- r) Elaborar e divulgar as normas técnicas de serviço ao seu pessoal, submetendo-as previamente à aprovação da entidade adjudicante;
- s) Apoio administrativo à Equipa de Gestão do Edifício TECMAIA.

### **CLÁUSULA 32.ª**

#### **Componentes Técnicas da Prestação de Serviços Ocasionais - Obrigações**

1. No caso dos serviços de vigilância e segurança humana ocasionais, sem prejuízo das instruções específicas para cada iniciativa ou evento, o Cocontratante deve cumprir, os seguintes requisitos mínimos:
  - a) Realizar o controlo de acessos aos locais no que se refere a pessoas, viaturas e mercadorias, bem como controlar o acesso e/ou permanência de pessoas não autorizadas a áreas restritas ou reservadas;
  - b) Intervir em situações de emergência, incluindo aquelas em que possa ser requerida a evacuação total ou parcial dos ocupantes das instalações
  - c) Vigiar os locais de forma a prevenir a ocorrência de conflitos ou outros incidentes capazes de impedirem o normal funcionamento das mesmas
  - d) Cumprir e fazer cumprir os regulamentos e outros normativos dos eventos
  - e) Informar, por escrito, o responsável das instalações, de quaisquer situações anómalas que ocorram durante o período de serviço.

### **CLÁUSULA 33.ª**

#### **Locais da Prestação de Serviços**

1. Os serviços serão prestados nas instalações do TECMAIA, na Rua Eng.º Frederico Ulrich, n.º 2650, nomeadamente: nos espaços exteriores, Portaria, Edifício Tecmaia, Edifício das Tecnologias, bem como, no novo parque de estacionamento ("Eco Parque") situado a 400 m da Portaria Principal do Parque Tecmaia, na Via Adelino Amaro da Costa, as com coordenadas 41°15'21.7"N 8°38'35.5"W.
2. Os serviços ocasionais constantes da CLÁUSULA 40.ª ao presente caderno de encargos constituem meras estimativas do valor máximo que a Espaço Municipal poderá despende com esse tipo de serviços, pelo que não conferem ao Cocontratante o direito à sua execução, sem serem expressamente requisitados pelo Gestor do contrato ou por outro elementos por este designado, ou ao seu preço, sem serem efetivamente prestados.

3. Foras dos casos previsto na lei, a redução do número de horas para os serviços de vigilância e segurança humana ou do preço contratual, não confere à entidade contratada qualquer outro direito, nomeadamente, para efeitos de pagamento, ressarcimento ou indemnização.
4. As horas de serviços permanentes não executadas por incumprimento do Cocontratante, acrescem à bolsa total de horas para serviços ocasionais, sem prejuízo da aplicação das sanções indicadas na CLÁUSULA 13.<sup>a</sup>.
5. Sempre que existir saldo de horas não realizadas de serviços permanentes conforme ponto anterior, este será utilizado em prioridade para resposta aos serviços ocasionais e piquete de urgência, não conferindo a sua utilização por parte do contraente público qualquer direito adicional de faturação por parte do cocontratante.
6. A entidade pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as sanções pecuniárias.
7. Os edifícios onde serão prestados os serviços, bem como, o número de postos pretendidos por local e horários respetivos, encontram-se descritos no CLÁUSULA 39.<sup>a</sup> e CLÁUSULA 40.<sup>a</sup> ao presente Caderno de Encargos.

#### **CLÁUSULA 34.<sup>a</sup>**

##### **Obrigações Especiais do Cocontratante**

1. O Cocontratante deverá cumprir as condições fixadas para a execução dos serviços, nos termos estabelecidos na Parte II do presente Caderno de Encargos.
2. Para o acompanhamento da execução do contrato, o Cocontratante fica obrigado a manter, sempre que a entidade adjudicante o solicite, reuniões com os representantes da Espaço Municipal, E.M.,S.A., das quais deve ser lavrada ata a assinar por todos os intervenientes na reunião.
3. Correm inteiramente por conta do Cocontratante a reparação e a indemnização de todos os prejuízos que, por motivos que lhe sejam imputáveis, causados pelo seu pessoal durante e em consequência da prestação dos serviços.

#### **CLÁUSULA 35.<sup>a</sup>**

##### **Níveis de Serviço**

O cocontratante obriga-se a assegurar, de forma contínua e eficiente, os seguintes níveis de serviço no âmbito da prestação de serviços de vigilância humana:

- a) Cumprimento rigoroso dos horários acordados contratualmente, através da afetação efetiva de pessoal habilitado, devidamente identificado e em conformidade com a escala definida;
- b) Substituição de pessoal:
  - i) O cocontratante não poderá proceder à substituição de qualquer elemento da equipa afeta ao serviço sem autorização prévia da Espaço Municipal, salvo em

situações de manifesta emergência, as quais deverão ser imediatamente comunicadas e justificadas por escrito no prazo máximo de 24 horas após a ocorrência;

- ii) O cocontratante obriga-se a proceder à substituição de qualquer elemento do seu pessoal no prazo máximo de 60 minutos após receção de comunicação formal da Espaço Municipal.

#### **CLÁUSULA 36.ª**

##### **Fiscalização**

1. A fiscalização da prestação dos serviços será exercida pela Espaço Municipal, E.M., S.A.;
2. O Cocontratante deverá dispor de um Livro de Ocorrências, com termo de abertura e com todas as folhas rubricadas pela Fiscalização, em local acessível a esta, onde serão registadas todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato;
3. O Cocontratante deverá dispor, igualmente, de um Livro de Registo dos Trabalhadores, com termo de abertura e com todas as folhas rubricadas pela Fiscalização, em local acessível a esta, onde diariamente indicará previamente os trabalhadores que vão estar ao serviço e confirmará aqueles que estiveram ao serviço e respetiva categoria.

#### **CLÁUSULA 37.ª**

##### **Pessoal**

1. O Cocontratante deverá respeitar as seguintes obrigações relativas ao pessoal:
  - a) O Cocontratante é o único responsável pelo cumprimento de todas as obrigações relativas ao seu pessoal empregado na prestação de serviços, pela sua aptidão profissional e disciplina.
  - b) O Cocontratante é o único responsável pelo cumprimento das obrigações contratuais relativas ao seu pessoal empregado, bem como pelo pagamento dos encargos sociais legalmente fixados.
  - c) O Cocontratante é responsável pela disponibilização de fardamento discreto, adequado ao desempenho das funções, do pessoal afeto à prestação dos serviços constantes do presente procedimento.
  - d) O Cocontratante deverá zelar pela harmonia e a boa ordem no local dos trabalhos, obrigando-se e sendo responsável pela retirada dos elementos que, porventura, provoquem ou sejam causadores de atos de indisciplina no desempenho das funções.
  - e) O Cocontratante compromete-se a respeitar e fazer respeitar todas as normas vigentes da legislação portuguesa e dos regimes especiais previstos em tratados ou convenções internacionais de que Portugal seja parte ou a que adira, em matéria de entrada, permanência e trabalho, permanente ou eventual e ainda que não remunerado, de trabalhadores estrangeiros em território nacional.



- f) O incumprimento do compromisso referido no número anterior é punível nos termos da lei, constituindo a reincidência no comportamento faltoso fundamento bastante para a rescisão do Contrato.
2. Todos os trabalhadores diretamente afetos à prestação de serviços deverão ter experiência profissional superior a três anos, através de trabalho prestado a favor do Cocontratante.
  3. Em caso de sucessão de prestadores de serviços nos postos de trabalho objeto do presente procedimento, o Cocontratante obriga-se a manter os contratos de trabalho com os trabalhadores que prestavam anteriormente a atividade, junto da entidade adjudicante, e a manter igualmente, todos os seus direitos, deveres, regalias, antiguidade e categoria profissional que vigoravam ao serviço da prestadora de serviços cessante.

#### **CLÁUSULA 38.ª** **Meios Técnicos**

1. O Cocontratante deve disponibilizar e manter em bom estado de conservação e funcionamento os meios técnicos necessários e adequados à eficaz prestação dos serviços objeto do presente Caderno de Encargos.
2. O Cocontratante é responsável pelo fornecimento de rádios portáteis devidamente licenciados para todos os vigilantes afetos aos Estabelecimentos e/ou Serviços objeto de contrato, de modo a permitir, em qualquer momento, o contacto imediato entre si.
3. O Cocontratante é responsável pelo fornecimento de checkpoints para controlo das rondas, assim como os leitores portáteis (bastão), para os vigilantes enquadrados na vigilância dos espaços exteriores.
4. O Cocontratante deve fornecer temporariamente os meios informáticos necessários para o registo das ocorrências diárias, em caso de avaria dos equipamentos disponibilizados.
5. O Adjudicatário é responsável por disponibilizar um meio de telecomunicação (telemóvel), com câmara traseira.
6. O Adjudicatário é ainda responsável pela disponibilização de um motociclo elétrico.

#### **CLÁUSULA 39.ª** **Mapa de Serviços – Permanentes**

Local	Quantidade	Descrição	Período
Portaria	1 (um) vigilante	00h00 às 24h00	TDA
Espaços exteriores	1 (um) vigilante	00h00 às 24h00	TDA
Edifício Tecmaia	1 (um) vigilante	09h00 às 18h00	TDU

Legenda: TDA – todos os dias do ano; TDU – todos os dias úteis

**CLÁUSULA 40.<sup>a</sup>****Mapa de Serviços – Ocasionais**

Local	Hed
TECMAIA	100

Legenda:

**Hed** – horas em serviço extra diurno (exclui feriados) (das 08h00 às 18h00).

**CLÁUSULA 41.<sup>a</sup>****Supervisão**

Cumprimento do plano de supervisão apresentado, que deverá prever a periodicidade da frequência das visitas de inspeção às instalações para supervisão da prestação de serviços, a qual nunca poderá ser inferior a uma visita por instalação, por cada mês completo.

**CLÁUSULA 42.<sup>a</sup>****Formação e Estágio dos Vigilantes**

1. O Contratante deve garantir aos seus prestadores a formação adequada para prestar os serviços de vigilância e segurança objeto do presente procedimento, devendo assegurar que nenhum vigilante poderá iniciar funções sem um mínimo de 8 (oito) horas de formação/estágio do posto permanente que irá assegurar, sem qualquer tipo de custo para a Espaço Municipal.
2. O Contratante deve ainda assegurar que os colaboradores contratados para prestar serviços em todas as instalações permanentes, receberão formação em suporte básico de vida com desfibriladores automáticos externos, até 1 (um) mês após o início da execução serviço.

**CLÁUSULA 43.<sup>a</sup>****Controlo de Execução do Serviço**

1. O Contratante deverá dispor de um sistema de controlo preventivo e corretivo dos serviços de vigilância e dos vigilantes que minimize a ocorrência de falhas ou dos seus efeitos, designadamente no que concerne ao cumprimento das frequências e horários contratualizados.
2. O cocontratante deverá assegurar que qualquer atraso dos vigilantes é imediatamente conhecido e informado e que será suprido no mais curto espaço de tempo, no máximo de 30 minutos.

3. As faltas dos vigilantes devem ser imediatamente conhecidas e informadas, devendo a substituições ocorrer no mais curto espaço de tempo, no máximo de 60 minutos.
4. O Cocontratante (através do supervisor de operações) deverá apresentar à Espaço Municipal, relatórios de controlo de serviço, com periodicidade mensal e com referência a cada um dos locais de execução da prestação de serviços, até ao 8.º dia do mês seguinte a que diz respeito, no qual deverá constar, no mínimo, a seguinte informação:
  - a) Horas de entrada e saída dos vigilantes;
  - b) As faltas dadas pelos vigilantes, se aplicável; e
  - c) As substituições realizadas, se aplicável.
5. O Contratante deverá ainda dispor de um sistema de controlo da realização de rondas pelas instalações, onde aplicável, que deverá garantir, nos horários definidos, a realização do mínimo de uma ronda por cada 2 horas, e cujos registos deverão ser apresentados ao(s) gestor(es) de contrato(s), no prazo de 2 dias úteis após a sua solicitação.
6. Sempre que numa instalação, evento ou atividade a promover pelo contraente público se revele necessário o recurso a mais do que um elemento para a prestação de serviço, fica obrigado o cocontratante a nomear um chefe de equipa, o qual será único interlocutor junto do(s) Gestor(s) de Contrato da instalação ou do evento/atividade.
7. Antes do início da prestação de serviços deverá o cocontratante facultar ao(s) Gestor(es) de Contrato, o contacto de correio eletrónico e o contacto telefónico do chefe de equipa designado para a prestação de serviços.

#### **CLÁUSULA 44.ª**

##### **Acompanhamento dos Serviços e Reporte de Informação**

1. O relatório de ocorrências consiste na sinalização dos perigos existentes e/ou potenciais e na identificação de medidas corretivas ou preventivas que permitam repor os níveis de segurança das instalações.
2. O Cocontratante (através do supervisor de operações) deverá apresentar à Espaço Municipal relatórios de ocorrências, com periodicidade mensal e com referência a cada 1 (um) dos locais de execução da prestação de serviços, até ao 8.º dia do mês seguinte a que diz respeito.
3. Quando o Contratante apresentar no seu relatório mensal alguma situação que comprometa ou possa comprometer a eficiência na prestação dos serviços a que está obrigado, deverá entregar conjuntamente com o relatório, uma proposta devidamente fundamentada, com vista a assegurar a permanente adequação dos serviços e procedimentos face à dinâmica dos objetivos específicos em matéria de segurança e vigilância.

4. Na situação prevista no parágrafo anterior, a Espaço Municipal decidirá sobre a aceitação ou rejeição da proposta do Cocontratante, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data da receção do relatório, sendo que a decisão será comunicada por correio eletrónico para o endereço eletrónico que consta do contrato bem como para o endereço eletrónico do supervisor de operações.
5. Para cada ocorrência detetada, o referido relatório deverá ser acompanhado dos seguintes elementos:
  - a) Data, local e horário em que se verificou a ocorrência;
  - b) Tempo de resposta por parte do vigilante;
  - c) Medidas implementadas tendo em vista a resolução da ocorrência (ou a implementar, em casos que não possam ser resolvidos no momento, indicando o tempo necessário para a realização da intervenção);
  - d) Indicação dos níveis de segurança após intervenção.

#### **CLÁUSULA 45.<sup>a</sup>** **Reclamações**

1. Sempre que a Espaço Municipal comunique ao cocontratante a existência de uma reclamação relativa à execução contratual, designadamente com indicação de eventuais sanções a aplicar, este dispõe de um prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da receção da comunicação, para apresentar exposição escrita e fundamentada dos factos, sendo-lhe assegurado o direito ao contraditório. A exposição deverá incluir, consoante aplicável, a identificação das medidas preventivas e/ou corretivas adotadas ou a adotar, visando a resolução ou não repetição da situação reclamada.
2. As comunicações referidas no número anterior devem observar os termos e formas estabelecidos na CLÁUSULA 28.<sup>a</sup>, designadamente quanto aos meios e domínios de complexidade da comunicação.
3. Após a receção da resposta do cocontratante ou decorrido o prazo previsto no n.º 1 sem pronúncia, a Espaço Municipal poderá, até ao termo do contrato proferir decisão, determinar o arquivamento do procedimento ou a aplicação de sanções.
4. Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, em situações em que a reclamação reporte factos suscetíveis de causar dano imediato, grave ou irreversível à prestação contratual, o Cocontratante deverá adotar medidas de mitigação provisórias com efeitos imediatos, comunicando à Espaço Municipal, via correio eletrónico, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a natureza dessas medidas e respetiva justificação.
5. Todas as reclamações, respostas, deliberações e demais atos praticados no âmbito do presente procedimento deverão ser devidamente registados e arquivados no processo

contratual de ambas as partes, para efeitos de controlo, auditoria e eventual responsabilização contratual ou disciplinar.

**CLÁUSULA 46.<sup>a</sup>**  
**Outros Documentos**

A Cocontratante, para além das obrigações constantes das cláusulas do presente caderno de encargos, deverá ter ainda em consideração a pasta “Anexo CE - Peças Desenhadas”.